



GRUPO PARLAMENTAR

De determinação de Sua Excelência
Presidente da A. R. do SEAP
01.07.09 (2)

Requerimento

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º do Pedido 4093
Classificação 05.02.03
Data 9/7/01

REQUERIMENTO No 1987/VIII/2a (AC)

MINISTRO DE PÚBLICO-SE
E ESPECIAL

Zacarias

Exmº Senhor
Presidente da Assembleia da República
Palácio de São Bento
Lisboa

Assunto: Hospital de Loures

A comunicação social divulgou recentemente um estudo da responsabilidade da Administração Regional de Saúde de Lisboa, em que eram referidas alterações estratégicas na política do Governo sobre a construção de hospitais na Área Metropolitana de Lisboa e onde o Hospital de Loures era um dos que ficava pelo caminho.

A confirmar-se, esta posição do Governo é muito grave, não só porque o Governo não cumpre os compromissos assumidos, mas porque Loures é o quinto concelho do País em peso demográfico, é o único da Grande Lisboa que não possui um Hospital, enquanto são anunciados novos hospitais para concelhos que já têm hospital e são menos populosos do que Loures.

Acresce que a construção do Hospital de Loures é uma necessidade e uma aspiração legítima das suas populações desde há muitos anos, é suposto que os hospitais sejam instalados onde há pessoas e não faz sentido concentrá-los apenas em determinados concelhos.

O Senhor Primeiro Ministro em 1995 e várias vezes a Senhora ex-Ministra da Saúde, Maria de Belém, consideraram uma sua prioridade política a edificação desta unidade hospitalar em Loures.

O Governo também chegou a inscrever no PIDDAC de 1999 uma verba de 25 mil contos e provisionou 175 mil contos para o ano 2000 destinados ao Hospital de Loures, mas depois e sem qualquer explicação esta segunda verba foi reduzida para dois mil contos.

Não obstante muitos pedidos de esclarecimento, o Governo não mais clarificou a sua posição sobre o Hospital de Loures.

MJ

Entretanto a Câmara Municipal de Loures garantiu e disponibilizou os terrenos necessários para a construção do Hospital — uma parte cedida por um grupo económico e outra parte adquirida pelo próprio Município por centenas de milhares de contos.

Assim, e face a estas novas e preocupantes notícias, venho requerer por intermédio de V.^a Ex.^a., nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os seguintes esclarecimentos ao Senhor Ministro da Saúde:

1. O Governo mantém ou não nos seus planos construir o Hospital de Loures, conforme prometido e já inscrito no PIDDAC em 1999?
2. Se vai construir, para quando o lançamento do concurso público, para quando o início das obras e se a unidade hospitalar é dotada da valência de maternidade?
3. Se vai construir, qual o modelo previsto de responsabilidades do Estado na sua edificação, gestão e exploração dos serviços?

Lisboa, 9 de Julho de 2001

O Deputado



Arménio dos Santos

